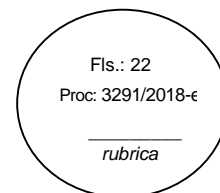




**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



## **RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 02/2018**

**Processo nº:** 3291/2018-e

**Origem:** Controladoria-Geral do DF - CGDF

**Assunto:** Auditoria de Regularidade

**Montante em exame:** R\$ 3.602.388,34.

**Ementa:** Auditoria na Controladoria-Geral do DF. PGA 2018. Decisão nº 77/2007. Concessão de Abono Permanência. Conversão em pecúnia de licença-prêmio. Cumprimento de outras decisões plenárias. Verificação da regularidade. Pagamentos de parcelas remuneratórias de servidores ativos, inativos e pensionistas da Controladoria-Geral do DF.

### **Determinações. Recomendações.**

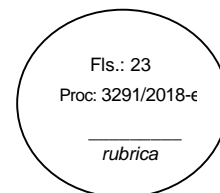
Senhor Diretor,

Trata-se de auditoria de regularidade realizada na Controladoria-Geral do DF, tendo por objeto examinar os pagamentos efetuados aos servidores inativos e pensionistas, na forma do item I da Decisão nº 77/2007, adotada no Processo nº 24185/2007, e aos servidores ativos; as providências adotadas em razão de concessões de aposentadoria julgadas legais com correção posterior e as ilegais; bem como as providências adotadas em consequência das demais decisões prolatadas por esta Corte em processos de concessões de aposentadorias e pensões e melhorias posteriores.

Esta auditoria consta do Plano Geral de Ação desta Corte para o exercício de 2018, cuja aprovação se deu mediante Decisão Administrativa nº 58/2017, nos autos do Processo nº 38023/2017-e.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

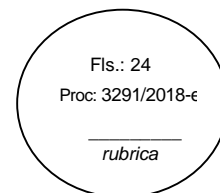


# **AUDITORIA DE REGULARIDADE NA CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL - CGDF**

## **Relatório**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

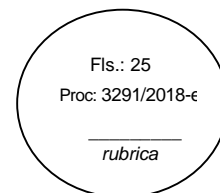


## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b>	<b>26</b>
<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>27</b>
1.1. APRESENTAÇÃO	27
1.2. OBJETO DA AUDITORIA	27
1.3. CONTEXTUALIZAÇÃO	27
1.4. OBJETIVOS DA AUDITORIA	28
1.4.1 Objetivo Geral	28
1.4.2 Objetivos Específicos – questões de auditoria	28
1.5. ESCOPO OU ALCANCE DO EXAME	29
1.6. METODOLOGIA	29
1.7. CRITÉRIOS DE AUDITORIA	29
<b>2 RESULTADO DA AUDITORIA</b>	<b>30</b>
2.1. RESPOSTAS ÀS QUESTÕES DE AUDITORIA 1 E 2	31
2.1.1 Achados de Auditoria	31
2.1.1.1 Análises e Evidências	31
2.1.1.2 Causas e Efeitos	36
2.1.1.3 Proposições	37
2.2. QUESTÃO DE AUDITORIA 03	38
2.2.1 Achados de Auditoria	38
2.2.1.1 Análises e Evidências	38
2.2.1.2 Causas e efeitos	43
2.2.1.3 Proposições	44
2.3. QUESTÃO DE AUDITORIA 04	44
2.3.1 Achados de Auditoria	44
2.3.1.1 Análises e Evidências	45
2.4.1.1 Causas e efeitos	54
2.4.1.2 Proposições	55
<b>3 CONCLUSÃO</b>	<b>57</b>
<b>4 PROPOSIÇÕES</b>	<b>58</b>



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



## LISTA DE SIGLAS

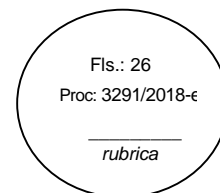
**ADI** – Ação Direta de Inconstitucionalidade  
**ATS** – Adicional por Tempo de Serviço  
**CADLAR** – Módulo de Gerenciamento de Licença-prêmio por Assiduidade Remunerada  
**CADLPA** - Módulo de Gerenciamento de Licença-prêmio por Assiduidade  
**CGDF** – Controladoria-Geral do DF  
**DODF** – Diário Oficial do Distrito Federal  
**LC** – Lei Complementar  
**LPA** – Licença Prêmio por Assiduidade  
**NA** – Nota de Auditoria  
**PGDF** – Procuradoria-Geral do Distrito Federal  
**QA** – Questão de Auditoria  
**SAS** – Statistical Analysis System (software de análise de dados)  
**SEFIPE** – Secretaria de Fiscalização de Pessoal  
**SEI** – Sistema Eletrônico de Informações (sistema de protocolo eletrônico)  
**SEPLAG** – Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão  
**SIGRH**– Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos do Distrito Federal  
**SIGRHWEB**– Sistema que compartilha o banco de dados SIGRH, com outra interface  
**SIRAC** – Sistema de Registro de Admissões e Concessões  
**TCDF** – Tribunal de Contas do Distrito Federal  
**TJDFT** – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios  
**VPNI** – Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

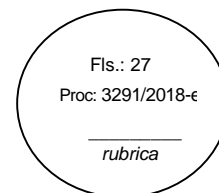
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



## RESUMO

A presente auditoria teve como objeto a Gestão de Pessoas, analisada sob a ótica da regularidade dos pagamentos aos servidores inativos e pensionistas, alcançando ainda servidores ativos da Controladoria-Geral do DF frente à legislação de regência, bem assim o cumprimento de determinações plenárias em concessões consideradas legais com correção posterior. O objetivo geral foi examinar a regularidade dos pagamentos de remuneração, proventos de aposentadorias e estipêndios pensionais. Nas apurações foi verificado o cumprimento parcial das decisões com recomendações “*a posteriori*”, assim como a regularidade parcial dos proventos e estipêndios pensionais das concessões consideradas legais pela Corte. Nos procedimentos de conversão de licença-prêmio em pecúnia apurou-se a regularidade parcial dos pagamentos. Não se constatou a utilização dos períodos convertidos para outros fins, tais como obtenção de Abono de Permanência ou contagem em dobro para fins de aposentadoria, mas houve a inclusão de parcela temporária na base de cálculo do montante pago a alguns beneficiados. No respeitante à remuneração dos servidores ativos, inativos e pensionistas foi apurada a conformidade, no geral, com a regulamentação aplicável, ressalvadas incorreções pontuais.



## **1 INTRODUÇÃO**

### **1.1. Apresentação**

A presente auditoria de regularidade consta do Plano Geral de Ação desta Corte para o exercício de 2018, cujos trabalhos foram desenvolvidos no período de 25/01/2018 a 09/03/2018.

### **1.2. Objeto da Auditoria**

2. O objeto do presente trabalho consiste na verificação, sob os aspectos a seguir destacados, da folha de pagamento de pessoal ativo, inativo e pensionistas da Controladoria-Geral do DF.

### **1.3. Contextualização**

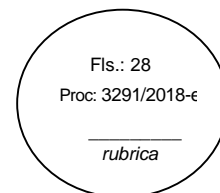
A Controladoria-Geral do DF, de acordo com seu Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 38.242/2017, é o “*órgão especializado e central do sistema de controle interno, superior do sistema de correição e de gestão de ouvidoria, diretamente subordinado ao Governador do Distrito Federal*”, a quem cabe:

- I - assegurar a boa e regular aplicação dos recursos públicos, em benefício da sociedade, zelando pela aplicação dos princípios constitucionais nos atos da Administração Pública;*
- II - coordenar o sistema de controle interno do Distrito Federal;*
- III - promover a transparência dos atos de gestão pública e dos dados relativos ao patrimônio público no Distrito Federal;*
- IV - promover as ações de incentivo à realização do controle social da gestão pública;*
- V - coordenar as ações correcionais no âmbito do Poder Executivo, mediante mediações, processos disciplinares, de tomadas de contas especiais e de responsabilização de fornecedores; e*
- VI - coordenar as ações do Sistema de Gestão de Ouvidoria do Distrito Federal, de modo a atender às demandas oriundas da sociedade.*

3. Em consonância com o Regimento Interno da Controladoria (aprovado pelo Decreto nº 38.242/2017), a Coordenação de Gestão de Pessoas é a unidade orgânica de direção e supervisão dessa área, diretamente subordinada à Subcontroladoria de



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



Gestão Interna, sendo subdividida na Diretoria Técnica de Gestão de Pessoas, unidade orgânica de direção, e na Diretoria Estratégica de Gestão de Pessoas, unidade orgânica de execução. À Diretoria Técnica de Gestão de Pessoas são subordinadas três unidades: as Gerências de Registros Financeiros, de Registros Funcionais e de Aposentadorias e Pensões.

4. Para desenvolver suas atividades, o órgão conta com servidores integrantes das Carreiras de Auditoria de Controle Interno (Auditor de Controle Interno e Inspetor Técnico de Controle Interno, Lei nº 4.448, de 21/12/2009) e de Políticas Públicas e Gestão Governamental (Gestor, Analista, Assistente e Técnico em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Lei nº 5.190, de 25/09/2013), além de ocupantes de cargos em comissão com ou sem vínculo efetivo com a Administração Pública Distrital.

5. A Coordenação de Gestão de Pessoas conta com 10 (dez) servidores efetivos, além de 3 (três) estagiários, para o desempenho de suas atribuições. A estrutura física e material disponível é adequada aos trabalhos, não existindo maiores problemas nesse aspecto.

#### **1.4. Objetivos da Auditoria**

##### **1.4.1 Objetivo Geral**

6. A presente auditoria tem por objetivo geral verificar a regularidade dos proventos de aposentadorias e estipêndios pensionais, dentro do contexto definido na fase de planejamento, bem assim pagamentos realizados a servidores ativos, bem como verificar o cumprimento de decisões proferidas pela Corte.

##### **1.4.2 Objetivos Específicos – questões de auditoria**

7. Para atingir o objetivo geral da Auditoria, foram definidos quatro objetivos específicos reproduzidos nas seguintes Questões de Auditoria (QA's):

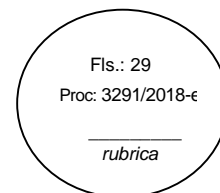
**QA 1:** A Jurisdicionada tem cumprido as determinações do TCDF nos casos das concessões julgadas "legais com recomendação posterior" ou "ilegais"?

**QA 2:** Os aspectos financeiros das concessões de aposentadorias e pensões, apreciadas à luz do item I da Decisão nº 77/2007 (Processo nº 24.185/07), encontram-se regulares?

**QA 3:** Estão corretos os procedimentos adotados pela Jurisdicionada para



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



o pagamento em pecúnia de períodos de licenças-prêmio adquiridos e não usufruídos ou computados para fins de concessão de abono de permanência ou aposentadoria?

**QA 4:** Os pagamentos de parcelas remuneratórias a servidores ativos, inativos e pensionistas estão sendo realizados em conformidade com a legislação vigente?

### 1.5. Escopo ou Alcance do Exame

8. O escopo da Auditoria, quanto ao período em exame, compreende de forma preponderante o lapso temporal de fevereiro de 2013 a dezembro de 2017. Quanto às áreas fiscalizadas, o escopo dos trabalhos se estende aos setores de pessoal, especificamente àqueles responsáveis pela gestão de pessoas e manutenção da folha de pagamento, mediante sistema informatizado de gestão de recursos humanos (SIGRH), com ampliação dos trabalhos para outras unidades, no decorrer da auditoria, de forma a identificar procedimentos, documentação e agentes responsáveis pela adequação da sistemática de pagamentos e concessões de benefício às normas legais e regulamentares aplicáveis à matéria.

### 1.6. Metodologia

9. As estratégias metodológicas adotadas foram basicamente:
- Exame de decisões em confronto com as respectivas providências necessárias à regularização dos feitos;
  - Pesquisas no Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH, e sua versão web, o SIGRHWEB;
  - Pesquisas no Sistema de Processo Eletrônico (e-TCDF);
  - Confrontação dos atos com a legislação aplicável;
  - Conferência de memórias de cálculos;
  - Amostragem;
  - Entrevistas não-estruturadas.

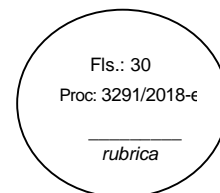
### 1.7. Critérios de Auditoria

10. Conferir a adequação das atividades e procedimentos do órgão jurisdicionado à legislação que rege a matéria, orientando-se pelos dispositivos, a

C:\temp\01000F93.docx



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



exemplo de: Constituição Federal, Lei Orgânica do DF, Leis Distritais, normas regulamentares internas da Controladoria-Geral do DF, além de Decisões, Resoluções e Enunciados de Jurisprudência do TCDF.

## **2 RESULTADO DA AUDITORIA**

11. A auditoria dos processos e registros funcionais das concessões apreciadas à luz do item I da Decisão nº 77/2007 (Processo nº 24.185/07) consistiu na análise da regularidade dos aspectos financeiros iniciais constantes dos abonos provisórios e/ou títulos de pensão, avaliando se as rubricas e os valores lá fixados guardavam consonância com a carreira, cargo, classificação funcional, modalidade de aposentadoria ou pensão e estrutura remuneratória vigente quando da concessão. Ultrapassada essa fase, a equipe designada passou ao exame dos pagamentos atuais da amostra selecionada. Com o intuito de obter respostas às questões de auditoria elaboradas, foi realizada análise frente à legislação aplicável, às decisões e entendimentos firmados por esta Corte de Contas.

12. Adicionalmente, foram solicitadas informações sobre a utilização do denominado Teletrabalho no âmbito da Controladoria-Geral do DF, com o intuito de conhecer a forma de execução adotada e os resultados obtidos (arquivo associado: Teletrabalho).

13. Esse regime de execução do trabalho foi instituído como um projeto-piloto, por meio da Portaria Interna nº 05, de 27/12/2016, a qual também regulamentou a matéria no órgão. A Coordenação de Tomadas de Contas Especial – COTCE passou a utilizá-lo, em conformidade com a Ordem de Serviço Interna nº 01/2016, de 27/12/2016. A Portaria Interna nº 10, de 29/08/2017, institucionalizou o Teletrabalho na CGDF, autorizando a sua extensão às unidades não participantes.

14. Em apertada síntese, o Teletrabalho é utilizado a critério da unidade, de acordo com o interesse e a conveniência do serviço. São fixadas metas de desempenho individuais, com periodicidade mínima semanal, as quais deverão ser de, no mínimo, 20% (vinte por cento) superiores às estipuladas para os que executam as mesmas atividades na dependência da unidade.

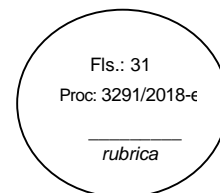
15. O acompanhamento dos servidores é feito pela chefia imediata, sendo emitido relatório como os resultados alcançados, inclusive em relação ao incremento de produtividade obtido.

16. As Notas de Auditoria nos 01 a 04 – 3291/2018-e (e-docs C196ED0C,

C:\temp\01000F93.docx



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



14CE6046, C8B86455 e 7A42FF8E)) objetivou trazer respostas às Questões de Auditoria (QA's) formuladas no parágrafo 7º, constantes da Matriz de Planejamento (e-doc A0EABBE6), materializadas na Matriz de Achados (e-doc A9C432BF).

17. No período analisado foram encontradas apenas 21 (vinte e uma) concessões de aposentadorias e pensões, o que permitiu o exame de todas elas.

## **2.1. Resposta às Questões de Auditoria 1 e 2**

**QA 1: A Jurisdicionada tem cumprido as determinações do e. Plenário nos casos das concessões julgadas “legais com recomendação posterior”, ou “ilegais”?**

**QA 2: Os aspectos financeiros das concessões de aposentadorias e pensões, apreciadas à luz do item I da Decisão nº 77/2007 (Processo nº 24.185/07), encontram-se regulares?**

### **2.1.1 Achados de Auditoria**

**A CGDF cumpriu, em grande parte, as determinações do e. Plenário nos casos de legalidade com recomendação posterior.**

**Ausência de decisões considerando aposentadorias ou pensões ilegais no período analisado.**

**Cumprimento parcial das medidas estipuladas na Decisão nº 27/2017.**

**Os aspectos financeiros das concessões apreciadas pelo Tribunal, à luz da Decisão nº 77/2007, correspondem às disposições legais que regem a estrutura remuneratória da Controladoria-Geral do Distrito Federal.**

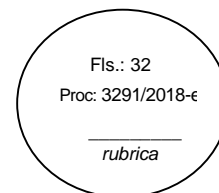
#### **2.1.1.1 Análises e Evidências**

18. Registre-se que os processos lançados no Quadro I demonstram com

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



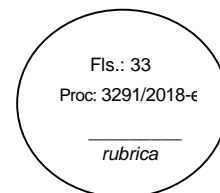
fidedignidade as providências determinadas pelo Tribunal, situações em que foi possível aferir a exatidão dos registros, a regularidade dos cálculos lançados nos abonos provisórios/títulos de pensão, bem como a compatibilidade dos pagamentos atuais disponíveis no SIGRH.

Quadro I – NA 001 – 3291/2018-e-TCDF			
Processo TCDF	Processo GDF nº	Interessado	Ocorrência <sup>1</sup>
1534/2013	480.001.600/2010	ALFREDO MACHADO FILHO	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 3416/2013. Item II: O Processo nº 30771/2012 teve seu desfecho na Decisão nº 3997/2014. A vantagem pessoal Ad. Periculosidade foi excluída em maio de 2017 em face a Decisão nº 1985/2017, item III, “I”, no Processo nº 17175/2015. <b>Decisão 77/07:</b> Abono OK. <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
16076/2016	480.001.269/2011	ARACI MARIA GUEDES	<b>Cor. Post: Não.</b> Decisão nº 3602/2016. <b>Decisão 77/07:</b> Abono OK. <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
25372/2015	480.000.888/2011	EVANDRO DO NASCIMENTO SIMÃO	<b>Post: Não.</b> Decisão nº 5949/2015. <b>Decisão 77/07:</b> Abono OK. <b>Rem. Atual:</b> Proventos em novembro de 2013 OK. Obs.: faleceu em 22/11/2013. Deixou pensão temporária para Terezinha de Jesus Coelho Simão, mat. nº 1662098-4 e vitalícia para Perácio Muniz de Jesus, mat. nº 176699-6.
7258/2015	480.002.292/2010	GOIANY BUENO	<b>Post: Não.</b> Decisão nº 2359/2015. <b>Decisão 77/07:</b> Abono OK. <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
1617/2017	480.000.319/2015	JANE NOGUEIRA CALVALCANTE PACHECO	<b>Post: Não.</b> Decisão nº 1433/2017. <b>Decisão 77/07:</b> Abono OK. <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
15135/2014	480.000.215/2011	LUIZ AVELINO PERES NETO	<b>Post: Não.</b> Decisão nº 6308/2014. <b>Decisão 77/07:</b> Abono OK. <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
15135/2014	480.000.081/2011	MARIA FLORA PESSOA RODRIGUES	<b>Post: Não.</b> Decisão nº 6308/2014. <b>Decisão 77/07:</b> Abono OK. <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
13853/2017	480.000.370/2016	MARIA SIRLEI BORGES DE OLIVEIRA	<b>Post: Não.</b> Decisão nº 3489/2017. <b>Decisão 77/07:</b> Abono OK. <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.

<sup>1</sup> As folhas aqui mencionadas referem-se aos respectivos processos GDF.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



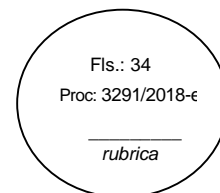
9383/2017	480.000.005/2013	MARISA BRASILIENSE DE ASSUNÇÃO	<b>Post: Sim.</b> Decisão nº 2373/2017. Item II cumprido, conforme fl. 40. <b>Decisão 77/07:</b> Abono OK. <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
28121/2014	480.000.299/2011	MAURO MOREIRA BORGES	<b>Post: Não.</b> Decisão nº 1205/2015. <b>Decisão 77/07:</b> Abono OK. <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
33621/2014	146.000.344/2010	OLGA MARIA FERRAZ PONTES	<b>Post: Não.</b> Decisão nº 1144/2015. <b>Decisão 77/07:</b> Abono OK. <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
16090/2011	480.001.900/2010	RAQUEL CAVALCANTE	<b>Post: Sim.</b> Decisão nº 1769/2013. Item III cumprido, conforme fl. 65. <b>Decisão 77/07:</b> Abono OK. <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
24430/2017	480.000.270/2013	ROMILSON GALVÃO DA SILVA	<b>Post: Não.</b> Decisão nº 4711/2017. <b>Decisão 77/07:</b> Abono OK. <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
11605/2017	480.000.827/2012	ROSA LÚCIA DAS NEVES	<b>Post: Não.</b> Decisão nº 2504/2017. <b>Decisão 77/07:</b> Abono OK, exceto percentual do ATS. Relevar, tendo em conta que o valor encontra-se correto. <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
15135/2014	480.000.303/2011	ROSANGELA MARIA MARTINS MENESES DE RESENDE	<b>Post: Não.</b> Decisão nº 6308/2014. <b>Decisão 77/07:</b> Abono OK. <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
1609/2017	480.000.363/2013	ROSANGELA DO CARMO DE OLIVEIRA BARREIROS	<b>Cor. Post: Não.</b> Decisão nº 1004/2017. <b>Decisão 77/07:</b> Abono OK. <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
17927/2016	480.000.408/2012	ANANIAS ARAUJO DO PRADO	<b>Cor. Post: Não.</b> Decisão nº 3286/2016. <b>Decisão 77/07:</b> Abono OK. <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.
36355/2010	17.000.004/2009	ALINE DE AMORIM MUNIZ Instituidor: MARIA DE AMORIM MUNIZ	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 2753/2013. Item III cumprido, conforme DODF de 07/08/2013. <b>Decisão 77/07:</b> Abono OK. <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK. Obs.: a pensionista foi desligada em 18/06/2010 por ter completado 21 anos, mas o benefício remanesce para Perácio Muniz de Jesus, mat. nº 176699-6, beneficiário vitalício.
25380/2015	480.000.525/2013	TEREZINHA DE JESUS COELHO SIMÃO Instituidor: EVANDRO DO NASCIMENTO SIMÃO	<b>Cor. Post: Não.</b> Decisão nº 5123/2016. <b>Decisão 77/07:</b> Abono OK. <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK.

19. No transcurso da auditoria foi ainda analisado quantitativo de processos

C:\temp\01000F93.docx



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



cuja impropriedades demandam esclarecimentos ou correções. Nesse cenário, encontram-se sintetizadas no Quadro II as particularidades neles presentes que, mais adiante, ensejarão sugestões para o definitivo saneamento:

Quadro II – NA 01 – 3291/2018-e-TCDF			
Processo TCDF	Processo GDF	Interessado	Ocorrência <sup>2</sup>
41712/2009	17.000.720/2008	EGÍDIO DANTAS DA GAMA	<b>Cor. Post: Sim.</b> Decisão nº 5751/2013. Não consta comprovação do cumprimento do Item III. Todavia, a parcela teve seu valor reduzido em dezembro de 2013 e tramita no TJDF o Processo nº 2014.01.1.024177-3, no qual o servidor foi vencido no juízo singular, mas teve sua apelação provida. Foi interposto Recurso Especial, que está em tramitação. <b>Decisão 77/07:</b> Abono OK, salvo parcela em discussão no Judiciário. <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK, salvo a parcela supracitada.
2685/2016	480.000.318/2015	ELENE MARIA DE SOUSA LOPES MELLO	<b>Post: Não</b> Decisão nº 1307/2016. <b>Decisão 77/07:</b> Abono OK. <b>Rem. Atual:</b> Proventos atuais OK, salvo valor atual da “VPNI L4584/11-DEC”, rubrica 10848 (ver §§ 60/71).

20. O detalhamento da análise realizada se encontra no arquivo PCE-CGDF FINAL (arquivo associado).

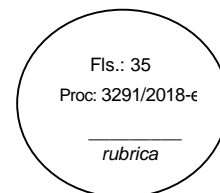
21. No intervalo examinado não foram encontradas concessões de aposentadorias ou pensões consideradas ilegais pela Corte.

22. No presente procedimento fiscalizatório, também foram buscadas notícias sobre o cumprimento pela jurisdição da Decisão nº 27/2017, proferida no Processo nº 28023/2016, versando sobre as averiguações a respeito de servidores exercentes de atividades empresariais ou integrantes de sociedades contratadas por órgão ou entidade distritais, haja vista o disposto no item IV, *in fine*, da referida deliberação.

<sup>2</sup> As folhas aqui mencionadas referem-se aos respectivos processos GDF.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



23. Foram elencados cinco servidores da jurisdicionada com vínculos empresariais ou societários a serem esclarecidos.

24. No respeitante a eventuais contratos dessas empresas com a administração distrital, foi feita consulta à base de dados do SIGGO para averiguar a existência de créditos recebidos pelas pessoas jurídicas ou pelos servidores, a partir do ano de 2000. Não se constatou recebimentos decorrentes de contratos das empresas com a Administração Distrital das referidas entidades ou servidores.

25. No tocante às vinculações dos servidores com as pessoas jurídicas, os envolvidos foram comunicados para apresentar os devidos esclarecimentos, o que foi parcialmente atendido (arquivo associado: Decisão nº 27 2017).

26. Os servidores Gabriel Lanza Avelar, mat. nº 196490-9, e Maria de Fátima Lima Brito, mat. nº 30971-0, ainda não ofereceram as informações requeridas. Mediante consulta ao sítio da Receita Federal na internet, o órgão apurou que o primeiro está cadastrado como empresário individual (Lanza Promotor de Eventos) e a segunda titulariza uma empresa individual de responsabilidade limitada, RL de Brito Festas EIRELI – ME, constando como sócia administradora.

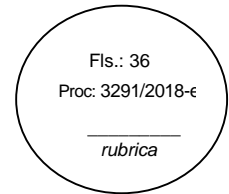
27. A servidora Juscelia Rodrigues Costa, mat.nº 22830-3, constava como vinculada a duas empresas. De acordo com consulta à Receita Federal, é sócia administradora da empresa Pirulito Que Bate Bate Confeções Ltda. A outra, Ice & Hot Fast Food Ltda foi extinta, com baixa em 24/08/2011.

28. O servidor Edilson Felipe de Vasconcelos, mat. 24410-4, apresentou cópia de Consulta Quadro de Sócios e Administradores – QSA do sítio da Receita Federal na *internet*, onde consta que ele é apenas sócio com capital da Escriba Auditoria e Consultoria Empresarial S/S e a condição de administrador é conferida a outra sócia.

29. A situação do servidor Marcio Araújo Mortoni Silva, mat. nº 187427-6, havia sido parcialmente tratada no Processo nº 480.000334/2015, por força de auditoria realizada pelo próprio Controle Interno. Naquele feito, foi verificado que, na empresa Mortoni Engenharia Ltda – ME, ele detinha apenas a condição de sócio cotista, não participando da gerência da sociedade. Posteriormente, o interessado juntou cópias da Certidão de Baixa de Inscrição no CNPJ e do Distrato Social da empresa para comprovar o encerramento das atividades. Quanto à vinculação à Ambasun Brasil Empreendimentos Imobiliários Ltda, em resposta ao questionamento feito pela Corte, foi apresentada cópia de aditivo contratual, datada de 10/06/2008, no qual o servidor deixou a administração daquela empresa.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



30. Adicionalmente, foi noticiado que na atual Ficha de Cadastro dos servidores do órgão consta item específico no qual o servidor declara se tem participação em sociedade empresarial e, em caso afirmativo, deve ser juntada comprovação idônea de que não exerce cargo de administrador na empresa.

31. Por oportuno, cabe mencionar que, por força da Decisão nº 5811/2017, foi autuado o Processo nº 41423/2017-e, versando sobre as repercussões do exercício irregular por agente público de gerência de empresas. Assim, as apurações feitas pela jurisdição devem levar em conta, se for o caso, o que vier a ser decidido nesses estudos.

#### **2.1.1.2 Causas e Efeitos**

32. Do cotejo dos itens de verificação definidos na Matriz de Planejamento com os critérios de auditoria adotados pela equipe verifica-se que a relativa conformidade detectada em relação ao cumprimento de determinações posteriores decorre da reduzida quantidade dessa espécie de deliberação, assim como da simplicidade das providências adotadas. As pendências encontradas dizem respeito a matéria que está sob o crivo do Poder Judiciário e a uma equivocada orientação dada pela antiga Secretaria de Administração Pública.

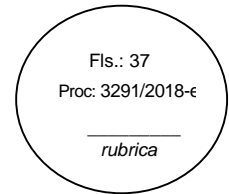
33. Os efeitos de tais achados se refletem na formalização dos processos de concessão de aposentadorias e pensões, em que não há ocorrência significativa de falhas nas respectivas concessões.

34. A causa principal da conformidade detectada na maioria dos proventos e estipêndios pensionais decorre da singeleza da estrutura remuneratória das carreiras dos servidores do órgão. Atualmente, os integrantes das Carreiras Auditoria de Controle Interno e de Políticas Públicas e Gestão Governamental comumente recebem, como parcelas de caráter permanente, o Vencimento Básico e o Adicional por Tempo de Serviço – ATS. Aqueles que detêm a habilitação/titulação exigida fazem jus, conforme o caso, à Gratificação de Titulação – GTIT ou por Habilitação em Políticas Públicas – GHPP e ao Adicional de Qualificação - AQ. Além delas, há somente as vantagens relativas às situações mais específicas de cada servidor como, por exemplo, a VPNI da Lei nº 4.584/2011.

35. Os efeitos de tais achados são a correspondência entre os proventos e estipêndios pensionais das concessões examinadas à luz da Decisão nº 77/2007 em relação ao arcabouço normativo que rege a estrutura remuneratória dos servidores



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



inativos e pensionistas da jurisdicionada, inclusive no pertinente a melhorias posteriores à época da concessão, ressalvados os casos pontuais decorrentes dos motivos apontados.

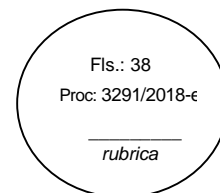
### 2.1.1.3 Proposições

36. Sugere-se ao e. Tribunal:

- I) ter por cumpridas as determinações posteriores constantes das Decisões nºs 3416/2013, 2373/2017, 1769/2013 e 2753/2013, prolatadas, respectivamente, nos Processos nºs 1534/2013, 9383/2017, 16090/2011 e 36355/2010; e parcialmente atendida a Decisão nº 5751/2013 do Processo nº 41712/2009;
- II) ter por regulares os aspectos financeiros das concessões consideradas legais, para fins de registro, apreciadas à luz da Decisão TCDF nº 77/2007, constantes do Quadro I;
- III) tomar conhecimento das informações apresentadas a respeito dos servidores Edilson Felipe de Vasconcelos, mat. 24410-4, Juscelia Rodrigues Costa, mat.nº 22830-3, e Marcio Araújo Mortoni Silva, mat. nº 187427-6, em relação aos vínculos societários apontados nos §§ 27 a 29 deste relatório;
- IV) determinar à Controladoria-Geral do Distrito Federal que:
  - a) acompanhe a tramitação do Processo nº 2014.01.1.024177-3, de Egídio Dantas da Gama, no qual se discute a forma de cálculo da parcela "MS nº 6565-0 - 84,32%", adotando as providências cabíveis em face do que for decidido judicialmente, dando ciência à Procuradoria-Geral do DF;
  - b) no prazo de 30 (trinta) dias, verifique a situação dos servidores Gabriel Lanza Avelar, mat. nº 196490-9, Juscelia Rodrigues Costa, mat.nº 22830-3, e Maria de Fátima Lima Brito, mat. nº 30971-0, em relação a suas participações sociais, apontadas nos §§ 26 e 27 deste relatório, adotando as providências necessárias ao exato cumprimento da lei;
  - c) observe, nas apurações relativas ao exercício de atividades empresariais ou vínculos societários dos servidores indicados nos §§ 26 a 29, o que vier a ser decidido no Processo nº 41423/2017.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



## **2.2. Resposta à Questão de Auditoria 03**

**Estão corretos os procedimentos adotados pela Jurisdicionada para o pagamento em pecúnia de períodos de licenças-prêmio adquiridos e não usufruídos ou computados para fins de concessão de abono de permanência ou aposentadoria?**

### **2.3.1 Achados de Auditoria**

**Evidências de conformidade parcial na concessão dos benefícios e nos pagamentos dessa espécie, apurada via auditoria de sistemas e análise documental.**

#### **2.3.1.1 Análises e Evidências**

37. Verificou-se que a conversão da licença-prêmio em pecúnia é tratada em processo próprio, autuado mediante requerimento de cada interessado.

38. A licença-prêmio não usufruída e não contada para outros fins pode ser convertida em pecúnia, conforme autoriza o artigo 142 da LC nº 840/2011.

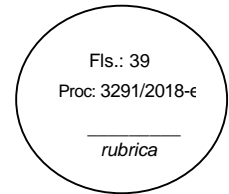
39. Mediante o cruzamento de dados do sistema SIGRH e do SIRAC, feito por meio da ferramenta SAS, obteve-se a lista dos pagamentos de conversão de licenças-prêmio feitos no período examinado.

40. Na verificação, foram consultados os dados dos sistemas relativos aos períodos de licença-prêmio não usufruídos, ao valor percebido a título de conversão de licença-prêmio em pecúnia, ao último contracheque anterior à aposentadoria, excluindo-se parcelas não incorporáveis, e ao mês e ano do respectivo pagamento. Com base nessas informações foram levantadas eventuais desconformidades para verificação.

41. Foram encontrados 19 (dezenove) servidores beneficiados com a conversão em pecúnia de períodos de licença-prêmio (rubrica 20034), num total de R\$ 3.040.582,61 (três milhões, quarenta mil, quinhentos e oitenta e dois reais e sessenta e um centavos).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



42. Deve-se ressaltar que não são lançados no SIGRH os períodos de LPA contados em dobro para fins de aposentadoria ou os utilizados para percepção do Abono de Permanência. Assim, os dados constantes no sistema SIGRH nem sempre refletem com fidedignidade o saldo de licença-prêmio a ser convertido em pecúnia. Com isso, eventualmente é necessária a consulta aos processos de abono de permanência e de concessão de aposentadoria para dirimir as divergências encontradas.

43. No pertinente à formalização dos feitos, observou-se que ela é realizada de modo sintético. Considerando que as telas CADLPA31 e CADLAR35 do SIGRH, retromencionadas, indicam apenas o saldo resultante das licenças adquiridas com exclusão das usufruídas, é feita apuração manualmente para registrar eventual contagem em dobro para inativação ou a utilização para fazer jus ao abono de permanência. De forma similar, são consignadas as parcelas permanentes da remuneração para cálculo do valor devido.

#### **BASE DE CÁLCULO E MÊS DE REFERÊNCIA**

44. Cumpre mencionar o entendimento vigente, firmado pelo TJDF, sobre as parcelas que devem ser convertidas em pecúnia e qual o mês de referência a ser utilizado.

*“A base de cálculo para a conversão em pecúnia de licença-prêmio não usufruída é a remuneração percebida pelo servidor à época da aposentadoria, compreendendo essa o vencimento do cargo mais as vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em Lei.”*  
(20040110328334APC, Relator Nívio Geraldo Gonçalves, DJ de 23/06/2008; 200901100315582APC, Relator Cruz Macedo, DJ de 02/02/2011; e 20100111566034APC, Relator João Egmont, DJ de 06/10/2011). Grifou-se.

45. Como mês de referência a ser usado para o cálculo da conversão da licença-prêmio em pecúnia, deve-se entender aquele vigente à data da aposentadoria e não o mês anterior. Assim, caso uma nova tabela de remuneração entre em vigor no mês da aposentadoria, o servidor fará jus à conversão de pecúnia com base nesses novos valores vigentes e não os constantes no contracheque do mês anterior. Ainda sobre o tema, reafirmando o posicionamento do precedente supramencionado, em recente julgado, assim se manifestou o TJDF:

*JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA. ADMINISTRATIVO. PRETENSÃO DE CONVERSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO NÃO USUFRUÍDA EM PECÚNIA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.*

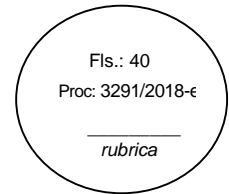
- 1. O servidor aposentado faz jus ao valor relativo à licença-prêmio não usufruída, sob pena de enriquecimento sem causa da Administração Pública.*
- 2. A base de cálculo deverá ser a remuneração recebida no mês de*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



exoneração.

[...]

(Acórdão n.629670, 20120110241279ACJ, Relator: JOÃO FISCHER, 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Julgamento: 09/10/2012, Publicado no DJE: 29/10/2012. Pág. 196).  
(Grifou-se).

46. Sobre a base de cálculo, nos termos da LC nº 840/2011, pode-se entender as vantagens pecuniárias permanentes como aquelas relativas ao cargo (art. 76) e as relativas ao servidor (a exemplo do ATS e da VPNI, conforme os arts. 88 e 90). As demais parcelas não devem incidir, portanto, para fins da conversão em pecúnia das licenças-prêmio. O TJDFT já se manifestou especificamente sobre a não inclusão de auxílio-alimentação e adicional noturno na base de cálculo, nos seguintes termos:

*Se o auxílio alimentação e o adicional noturno são verbas indenizatórias devidas ao servidor em atividade não podem compor a base de cálculo para ressarcimento de licença-prêmio não gozada paga após a exoneração do servidor. (Acórdão nº 632707, 20120110367095ACJ, Relator: WILDE MARIA SILVA JUSTINIANO RIBEIRO, 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Julgamento: 23/10/2012, Publicado no DJE: 08/11/2012. Pág.: 218)*

## **APROVEITAMENTO DE PERÍODOS**

47. Quanto à conversão de períodos já usufruídos ou contados para fins de aposentadoria ou abono de permanência, há posição consolidada desta Corte e do TJDFT quanto à impossibilidade de conversão em pecúnia, como se vê:

*“O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu:*

*a) conhecer da consulta, formulada pela Polícia Civil do Distrito Federal, por observar o disposto no art. 194 do RI/TCDF;*

*b) cientificar à Jurisdicionada acerca da possibilidade jurídica de conversão em pecúnia de licença-prêmio não gozada e não contada para quaisquer outros efeitos, em face da aposentação de servidor, providência que deverá ser implementada sem olvidar-se da disposição contida no art. 7º da Lei Federal nº 9.527/1997 e do prazo prescricional estabelecido no Decreto nº 20.910/1932, cujo termo "a quo" é a data de publicação do ato de aposentadoria;*

*[...]*

*(Decisão TCDF nº 1152/2005. Processo nº 3296/2004)*

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:*

*[...]*

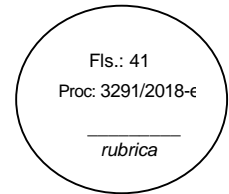
*II - recomendar à Secretaria de Estado de Saúde do DF que adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) no caso das*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



*licenças-prêmio terem sido consideradas para concessão de abono de permanência e, posteriormente, convertidas em pecúnia, providenciar o levantamento dos valores recebidos em decorrência da referida conversão, para fins de ressarcimento ao erário;*

*[...]*

*(Decisão TCDF nº 1935/2012. Processo nº 2233/2012)*

*[...]*

*3. O servidor que, ao se aposentar, não desfrutou da totalidade das licenças-prêmio a que tinha direito nem utilizou-as para efeito de aposentadoria, faz jus ao recebimento do benefício, convertido em pecúnia, sob pena de enriquecimento ilícito da administração.*

*4. Havendo prova de que o tempo referente às licenças-prêmio não usufruídas foi utilizado para a contagem de tempo para aposentadoria e a concessão de abono de permanência, incabível sua conversão em pecúnia.*

*[...]*

*(Acórdão nº 760429, 20130110174207APO, Relator: SIMONE LUCINDO, Revisor: FLÁVIO ROSTIROLA, 1ª Turma Cível, Data de Julgamento: 12/02/2014, Publicado no DJE de 19/02/2014, p. 91)*

*[...]*

*1- Os servidores do Distrito Federal fazem jus ao usufruto de três meses de licença-prêmio por assiduidade, a cada cinco anos de exercício ininterruptos, sendo certo que o pedido formulado por servidor aposentado, de conversão em pecúnia do período de licença-prêmio não usufruído e não contado em dobro para efeito de contagem de tempo de serviço, encontra agasalho na disposição contida no artigo 87, § 2º, da Lei nº 8.112/1990, na redação aplicável, em combinação com a Lei Distrital nº 197/91, aplicáveis ao caso, pois, do contrário, dar-se-ia o enriquecimento sem causa da Administração Pública.*

*[...]*

*(Acórdão nº 715777, 20090110084837APC, Relator: ANGELO CANDUCCI PASSARELI, Revisor: JOÃO EGMONT, 5ª Turma Cível, Data de Julgamento: 25/09/2013, Publicado no DJE de 30/09/2013, p. 141) "*

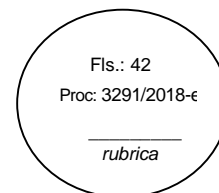
48. Por meio da ferramenta SAS, constatarem-se apenas 19 (dezenove) procedimentos de conversão de licença-prêmio em pecúnia no período auditado (arquivo associado: Conversão LP pecúnia). Desses, apenas 6 (seis) apresentaram divergências entre o valor que, em princípio, seria devido e o efetivamente pago, sendo solicitados os processos respectivos para análise por meio da NA nº 02 (e-doc 14CE6046).

49. No levantamento feito não se apurou o uso de períodos de licença-prêmio já aproveitados para percepção de Abono de Permanência ou contados em dobro para aposentadoria para fins de conversão em pecúnia. Também não houve ocorrência de cálculos com base em remuneração superior ao teto remuneratório então vigente.

50. Não foram verificadas discrepâncias nos cálculos dos pagamentos em



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



pecúnia de Licenças-prêmio dos servidores listados no Quadro III, a seguir.

Quadro III – conversão em pecúnia de Licença-Prêmio		
Nº	Mat. nº	Nome
1	251038	AMBROSINA MARIA DE JESUS LEITE
2	346217	ANETTE SANTOS
3	30896X	CICERO PAULINO SANTANA FILHO
4	308005	DIMAS DONISETTE ROCHA
5	425184	ELENE MARIA DE SOUSA LOPES MELLO
6	228095	JANE NOGUEIRA CAVALCANTE PACHECO
7	309095	JOSUE JOSE DE SOUSA
8	308250	MARIA DE LOURDES QUEIROZ SILVA
9	425028	MIRIAM DA SILVA CARVALHO BURNETT
10	911054	RODOLFO PERES TORELLY
11	1874268	RODRIGO BENTO DE ANDRADE
12	308102	ROMILSON GALVAO DA SILVA
13	216178	ROSANGELA DO CARMO DE OLIVEIRA BARREIROS

51. Na conversão de Cícera Eliane de Lira Amaral, mat. nº 30823-4, foi apurada uma reduzida diferença de R\$ 6,80. Em consulta ao processo pertinente, não se descobriu a origem desse valor. Pesquisa mais aprofundada no SIGRH constatou que a diferença resulta de um acerto no último mês de trabalho da servidora (fevereiro de 2015 – versão 12), considerado indevidamente no levantamento feito. Assim, a apuração da jurisdicionada está correta.

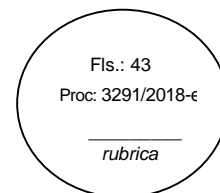
52. Outras inconsistências encontradas na pesquisa, envolvem ajustes no Adicional por Tempo de Serviço.

53. A servidora Mary Giusepp B. Alcantara, mat. nº 24115-6, recebia o referido adicional à razão de 32%, mas por ocasião de sua aposentadoria constatou-se que o tempo averbado, prestado ao Ministério da Justiça, poderia ser considerado para anuênios, aumentando o ATS para 33%.

54. A servidora Rosemeire Rosa Santana, mat. nº 33351-4, percebia ATS de 23% em dezembro de 2014, mês imediatamente anterior ao da inativação. Todavia, ao aposentar-se, em 29/01/2015, já havia completado mais um ano de serviço, pois ingressou no órgão em 17/01/1991, fazendo jus a 24%, a título de anuênios.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



55. No cálculo do montante da conversão da Licença-prêmio em pecúnia das aludidas servidoras foram utilizados os valores corrigidos, o que explica as diferenças encontradas.

56. Situação digna de nota é referente à conversão da licença-prêmio em pecúnia do servidor Edilson Felipe Vasconcelos. Sua aposentadoria ocorreu em 07.10.2014, época em que percebia a título de VPNI L4584/11-DÉCIMOS o montante de R\$ 2.575,97 (5/10 do DF-14 e 5/10 do DF-12, todos da Lei nº 1.004/96), quando o correto deveria ser R\$ 2.506,61 (4/10 do DF-14 e 6/10 do DF-12, ambos da Lei nº 1.004/96). Tal diferença ocasionou um pagamento indevido de R\$ 1.109,76, uma vez que o servidor possuía dezesseis meses passíveis de conversão.

57. Diante disso, a CGDF tentou reaver o montante pago indevidamente, porém o servidor impetrou ação judicial que corre junto ao TJDF sob o nº 0710095.38.2017.8.07.0016, cuja sentença foi favorável a ele, no sentido de que o GDF deve abster-se de efetuar qualquer desconto em seus proventos, bem como devolver os valores eventualmente descontados. Trânsito em julgado ocorrido em 28.09.2017.

58. Por fim, nos casos de dois servidores, José Carlos Trivelino, mat. nº 25103-8, e Marisa Brasiliense de Assunção, mat. nº 21451-5, foi considerado indevidamente a parcela de Adicional de Qualificação, parcela de natureza transitória, na base de cálculo do montante pago a título de conversão em pecúnia de Licença-Prêmio. Por tal motivo, eles receberam pagamento a maior, respectivamente, de R\$ 560,00 e R\$ 336,00.

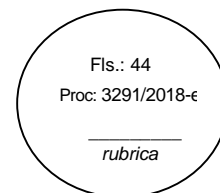
### **2.3.1.2 Causas e efeitos**

59. Conclui-se que a relativa conformidade encontrada na conversão em pecúnia de LPA dos servidores se deve principalmente à adequada formalização dos procedimentos de apuração da vantagem, feita com base nos registros cadastrais e do SIGRH, aliada a reduzida variedade de parcelas que integram os vencimentos das carreiras do órgão.

60. A impropriedade encontrada foi a inclusão de parcela temporária (AQ) na apuração do montante a ser pago, a qual foi verificada em outras Jurisdicionadas, decorrendo de uma equivocada compreensão da natureza temporária da parcela.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



### **2.3.1.3 Proposições**

61. Sugere-se ao e. Plenário:

- I) considerar regulares os procedimentos de conversão em pecúnia de Licença-Prêmio por Assiduidade dos servidores listados no Quadro III; e
- II) determinar ao órgão de origem que apure, para fins de ressarcimento ao erário, os valores indevidamente recebidos pela inclusão do Adicional de Qualificação, parcela de natureza temporária, na base de cálculo para fins de conversão de LPA em pecúnia, observando o disposto no artigo 119 da LC nº 840/2011, os princípios do contraditório e da ampla defesa, bem assim a incidência da prescrição quinquenal, dos servidores José Carlos Trivelino, mat. nº 25103-8, e Marisa Brasiliense de Assunção, mat. nº 21451-5.

### **2.3. Resposta à Questão de Auditoria 04**

**Os pagamentos de parcelas remuneratórias a servidores ativos, inativos e pensionistas estão sendo realizados em conformidade com a legislação vigente?**

#### **2.4.1 Achados de Auditoria**

**Homologação da folha de pagamento atendendo rotinas de checagem dos lançamentos, nos moldes da Portaria SEAP nº 32, de 3/5/2011 e do Ofício-Circular nº 02/2013 – COPAG/SUGEP/SEAP.**

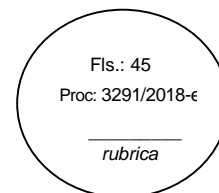
**Conformidade parcial das remunerações com a regulamentação legal.**

**Valor de quintos/décimos incorporados (VPNI Lei nº 4.584/2011) referentes aos DF01 a DF06 divergentes dos previstos na norma de regência.**

**Regularidade nos pagamentos dos Adicionais por Tempo de Serviço, não obstante algumas deficiências em registros de licenças e afastamentos de servidores, bem como de tempos de serviço averbados.**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



#### 2.4.1.1 Análises e Evidências

62. A Secretaria informou que adota rotinas de verificação das informações dispostas no SIGRH para homologação da folha de pagamento, de que trata a Portaria SEAP nº 32, de 03/05/2011, e Ofício-Circular nº 02/2013 – COPAG/SUGEP/SEAP. (arquivo associado: Fechamento folha pagto).

63. O quadro de pessoal da Controladoria Geral do DF é composto por integrantes das Carreiras Políticas Públicas e Gestão Governamental e Auditoria de Controle Interno, além de servidores ocupantes de cargos em comissão com ou sem vínculo efetivo com a Administração Pública Distrital.

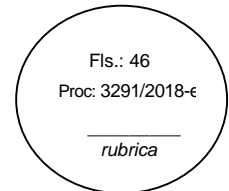
64. A estrutura remuneratória das carreiras Políticas Públicas e Gestão Governamental e Auditoria de Controle Interno é simples, integrada por poucas parcelas, em geral o Vencimento Básico e o Adicional por Tempo de Serviço, acrescida de vantagens específicas a determinados servidores, tais como Adicional de Qualificação, VPNI 4.584/2011, Gratificação de Titulação (Carreira de Auditoria de Controle Interno) ou por Habilitação em Políticas Públicas (Carreira de Políticas Públicas e Gestão Governamental) e pelo exercício de cargos/funções comissionadas.

65. Foram examinadas, por amostragem, as concessões de Abono de Permanência ocorridas no órgão durante o período de análise. Não foram encontradas irregularidades na referida amostra, a qual se encontra discriminada no Quadro IV a seguir:

Quadro IV – Abono de Permanência		
Nº	Mat. nº	Nome
1	00308234	Cicera Eliane de Lira Amaral
2	00244104	Edilson Felipe Vasconcelos
3	00250708	Elisete de Souza Cardozo
4	00424110	Francisco Jose Soares Cavalcante
5	00228095	Jane Nogueira Cavalcante Pacheco
6	00440124	Maiza Goncalves do Prado
7	00308595	Marcio Roberto Freitas da Silva
8	00447153	Marco Antonio Pinto de Oliveira
9	00446432	Maria da C. S. Lago de Carvalho
10	00241156	Mary Giusepp B Alcantara
11	00911054	Rodolfo Peres Torelly
12	0025391X	Rosalinda Fonseca Moura



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



66. A VPNI 4.584/2011 (código 10120 - incorporação pela Lei nº 1.004/1996 e código 10884 - incorporação pela Lei nº 1.141/1996) era objeto da ADI nº 2012002023636-5, no egrégio TJDFT, onde se discutia a constitucionalidade do Parágrafo único do art. 5º da Lei nº 4.584/2011, o qual versava sobre a forma de reajuste dessa parcela. O desfecho foi pela inconstitucionalidade do referido dispositivo com efeitos *ex tunc*.

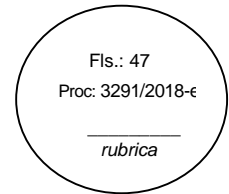
67. À luz desse entendimento, a douta Procuradoria-Geral do DF no seu Parecer nº 861/2015 – PRCON/PGDF (arquivo associado: parecer PGDF) manifestou-se no sentido de que deveriam ser desfeitas as eventuais revisões realizadas com base naquele comando legal e oportunizado o exercício do contraditório e da ampla defesa no caso de se determinar o ressarcimento do recebido a maior. Fundamentada nessa peça jurídica, a SEPLAG orientou as unidades de gestão de pessoas a revisar os cálculos da VPNI para retornar seus valores aos de junho de 2011 a partir de abril do corrente ano, dispensando-se a repetição do indébito pelo princípio da boa-fé, nos termos da Circular nº 6/2016 – SUGEP/SEPLAG (arquivo associado: VPNI 4584).

68. Nada obstante a matéria em comento foi objeto de representação tratada nesta Corte de Contas, no Processo nº 1638/2016, e teve seu deslinde prolatado na Decisão nº 896/2017, de 09/03/2017, *verbis*:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – ter por cumprida a Decisão n.º 4.548/2016; II – considerar procedente a Representação n.º 4/16-SEFIPE, estipulando os seguintes critérios a serem observados pela Administração Pública distrital, em razão dos efeitos jurídicos decorrentes do Acórdão TJDFT n.º 659.169, objeto da ADI n.º 2012.00.2.023636-5, de modo a estabelecer que: a) para a apuração da Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI de que trata o art. 5º da Lei distrital n.º 4.584/2011, devem ser considerados, no que couber e em primeiro e único momento, os valores constantes dos anexos da referida lei; b) a correção da VPNI dos servidores públicos, em momento posterior a Lei distrital n.º 4.584/2011, deve observar os índices de revisão geral de remuneração instituídos em legislação específica de iniciativa do Chefe do Poder Executivo distrital ou dos órgãos detentores desta prerrogativa de iniciativa do processo legislativo; III – determinar aos órgãos e entidades que integram o Complexo Administrativo do Distrito Federal que procedam, em todos os casos em que houve eventual reajuste nas parcelas de quintos/décimos então transformadas em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada, com fulcro no parágrafo único do art. 5º da Lei distrital n.º 4.584/2011, a imediata retroação dos valores (VPNI – aos níveis da época da própria lei distrital retro status quo ante), salvo edição de lei específica estabelecendo índices de revisão geral de remuneração dos seus servidores públicos, após a publicação da mencionada lei, o que será verificado em futura*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



*auditoria deste Tribunal; IV – dispensar o ressarcimento ao erário de eventual quantia recebida a mais pelos servidores/empregados públicos distritais, em razão da aplicação do parágrafo único do art. 5º da Lei distrital n.º 4.584/2011, por guardar conformidade com o Acórdão TJDFT n.º 659.169 exarado na ADI n.º 2012.00.2.023636-5, o que afasta a possibilidade de erro de procedimento da Administração; V – alertar a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – Seplag/DF para que as orientações aos setoriais de gestão de pessoas dos órgãos e entidades da Administração Direita, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, antes de expedidas, quando houver divergência quanto aos entendimentos esposados nos pareceres da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, sejam submetidas novamente à PGDF para reapreciação da matéria, visando à uniformização e, especialmente, à retificação ou ratificação da manifestação anteriormente externada, nos termos da Lei Complementar distrital n.º 395/2001; VI – autorizar o arquivamento do feito.*

69. O ajuste dos valores da VPNI da Lei nº 4.584/2011 foi feito de forma automática pela SEPLAG no sistema SIGRH, a partir de julho de 2017, retornando aos valores de março de 2016.

70. À exceção de duas, a VPNI em comento integra os proventos das demais concessões examinadas pela sistemática da Decisão nº 77/2007 (arquivo associado: PCE-GDF FINAL). Assim, a correção dos valores da vantagem pode ser aferida naquela oportunidade.

71. Foi constatada irregularidade apenas na parcela incorporada pela servidora Elene Maria de Sousa Lopes Mello, mat. nº 42518-4, com base na Lei nº 1.141/1996 (Rubrica 10848).

72. Atendendo ao solicitado na NA nº 03 (arquivo associado: VPNI 4584), a Gerência de Direitos e Vantagens noticiou que a divergência ocorreu pela aplicação do disposto na Circular nº 4/2011 – GAB/SEAP, de 29/11/2011, que, em síntese, orientava aos órgãos setoriais sobre os procedimentos a serem adotados quanto ao reajustamento das parcelas incorporadas por servidores distritais pelo exercício de cargos e funções comissionados e a transformação em vantagem pessoal.

73. Adicionalmente, a gerência relacionou outros servidores que recebem a VPNI apurada na forma da referida circular.

74. No Quadro V, abaixo, são relacionados aqueles que se encontram na aludida situação.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

 Fls.: 48  
 Proc: 3291/2018-ε  
 rubrica

Quadro V – VPNI Lei nº4.584/2011			
Nº	Mat. nº	Nome	Incorporação
1	1941178	Alessandro de Almeida Santos Carvalho	1/10 – DF-01
2	433462	Cláudia Regina Souza Ferreira	2/10 – DF-03
3	268895	Edilson Gomes	1/10 – DF-05
4	425184	Elene Maria de Sousa Lopes Mello*	2/10 – DF-05
5	426032	João Pedroso Dias	1/10 – DF-05
6	218995	Jorge Fonseca de Santana	1/10 – DF-06
7	440124	Maiza Gonçalves do Prado	1/10 – DF-06
8	309710	Maria de Fátima Lima Brito*	1/10 – DF-02
9	425028	Miriam da Silva Carvalho Burnett*	1/10 – DF-05
10	427756	Rejane Vaz de Abreu	1/10 – DF-05
11	346055	Yelena Beserra Lago	1/10 – DF-01

\* servidores inativos.

75. Correlacionando os valores dispostos na tabela elaborada com base na referida circular com os dos anexos I e II da Lei nº 4.584, de 08/07/2011, resulta divergência quanto aos dados dos valores dos DF's 1 a 6, consoante quadro abaixo.

Lei nº 1.141/96	Valores apurados pela CGDF de Representação Mensal (A) (Circular nº 4/2011 – GAB/SEAP)	Valores tabelados de Representação Mensal divulgados no site no TCDF e PORTAL GDF (B)(Lei nº 4.584/2011)	Diferença a Maior (A) - (B)
DF-01	<b>517,78</b>	436,00	81,78
DF-02	<b>536,51</b>	464,00	72,51
DF-03	<b>579,81</b>	515,39	64,42
DF-04	<b>649,58</b>	593,90	55,68
DF-05	<b>714,54</b>	672,50	42,04
DF-06	<b>774,69</b>	751,19	23,50



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Fls.: 49  
Proc: 3291/2018-ε  
rubrica

76. Do exame, infere-se imprecisão na confecção de tabela a teor da Circular nº 4/2011 – GAB/SEAP, de 29/11/2011, pois não guarda conformidade com o disposto no art.1º e valores dos anexos I e II da Lei nº 4.584/2011, publicada no DODF de 11/07/2011, p.01, *verbis*:

“Art. 1º As Tabelas de Cargos de Natureza Especial e de Cargos em Comissão de que trata a Lei nº 1.141, de 10 de julho de 1996, observadas as alterações posteriores, passam a vigorar na forma dos Anexos I e II desta Lei.

**ANEXO I**  
(Art. 1º da Lei nº 4.584, de 08 de julho 2011)  
Tabela de Cargos de Natureza Especial

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	VENCIMENTO	REMUNERAÇÃO
CNE-01	R\$ 11.143,23	R\$ 2.785,81	R\$ 13.929,03
CNE-02	R\$ 9.606,23	R\$ 2.401,56	R\$ 12.007,79
CNE-03	R\$ 8.281,23	R\$ 2.070,31	R\$ 10.351,54
CNE-04	R\$ 7.138,99	R\$ 1.784,75	R\$ 8.923,74
CNE-05	R\$ 5.205,08	R\$ 1.301,27	R\$ 6.506,35
CNE-06	R\$ 4.684,66	R\$ 1.171,16	R\$ 5.855,82
CNE-07	R\$ 3.747,73	R\$ 936,93	R\$ 4.684,66

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Fls.: 50  
Proc: 3291/2018-€  
rubrica**ANEXO II**  
(Art. 1º da Lei nº 4.584, de 08 de julho 2011)  
**Tabela de Cargos em Comissão**

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	VENCIMENTO	REMUNERAÇÃO
DF-17	R\$ 3.128,07	R\$ 782,02	R\$ 3.910,09
DF-16	R\$ 2.843,70	R\$ 710,93	R\$ 3.554,63
DF-15	R\$ 2.585,18	R\$ 646,30	R\$ 3.231,48
DF-14	R\$ 2.350,17	R\$ 587,54	R\$ 2.937,71
DF-13	R\$ 2.043,30	R\$ 510,83	R\$ 2.554,13
DF-12	R\$ 1.793,40	R\$ 448,35	R\$ 2.241,74
DF-11	R\$ 1.543,66	R\$ 385,92	R\$ 1.929,58
DF-10	R\$ 1.293,76	R\$ 323,44	R\$ 1.617,21

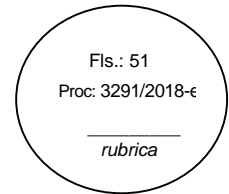
DF-09	R\$ 1.158,20	R\$ 289,55	R\$ 1.447,75
DF-08	R\$ 1.022,41	R\$ 255,60	R\$ 1.278,01
DF-07	R\$ 886,76	R\$ 221,69	R\$ 1.108,44
DF-06	R\$ 751,19	R\$ 187,80	R\$ 938,99
DF-05	R\$ 672,50	R\$ 168,12	R\$ 840,62
DF-04	R\$ 593,90	R\$ 148,47	R\$ 742,37
DF-03	R\$ 515,39	R\$ 128,85	R\$ 644,23
DF-02	R\$ 464,00	R\$ 116,00	R\$ 580,00
DF-01	R\$ 436,00	R\$ 109,00	R\$ 545,00

77. Portanto, para fins de saneamento importa esclarecer à SEPLAG que a tabela de Representação Mensal, DF's 01 a 06 confeccionada com base na Circular nº 4/2011 – GAB/SEAP não guarda conformidade com os valores dos anexos I e II da Lei nº 4.584/2011, cabendo orientar os órgãos setoriais para as providências devidas.

78. Foi realizada ainda pesquisa mediante sistema de análise de informações



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



SAS com vistas a verificar a conformidade dos valores do Adicional por Tempo de Serviço (arquivo associado: ATS). A base de dados utilizada foi de agosto de 2017, última disponível no SAS para análise.

79. Como ocorreu de forma informatizada, foi possível examinar todos os servidores ativos e inativos e pensionistas. Foi feito o confronto entre o tempo de serviço prestado ao órgão, acrescido das averbações de tempo aproveitáveis para anuênios e descontadas as licenças, ausências e afastamentos não considerados como de efetivo exercício.

80. Foram apurados 11 (onze) casos em que houve divergência entre o tempo aproveitável para fins de Adicional por Tempo de Serviço e o percentual recebido pelo servidor ou pensionista.

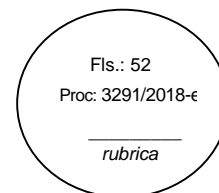
81. A primeira constatação foi de que, no SIGRH, a contagem do tempo para essa finalidade é feita com base na data de admissão do servidor. O ano para o adicional é completado no dia e mês correspondente de cada ano. Não é feita a divisão dos dias trabalhados por 365, como na apuração para fins de aposentadoria. Dessa forma, pequenas inconsistências foram encontradas no percentual de anuênios de 4 (quatro) interessados, haja vista que a apuração ano a ano leva em consideração os anos bissextos. Exemplificando, o servidor Paulo Ribeiro Lemos, mat. nº 194715-X, no dia 29/08/2017, completou 2.555 (dois mil quinhentos e cinquenta e cinco) dias de exercício, o que dividido por 365 já daria 7% (sete por cento) de ATS, mas ele passou a receber esse percentual somente em setembro, visto que, tendo ingressado em 1º/09/2010, somente neste dia e mês de 2017 completou os sete anos de serviço, segundo o critério do SIGRH. Pode-se relevar essa situação visto que a diferença é de poucos dias.

82. Mediante consulta ao SIGRH, ao SIRAC-concessões e aos registros dos processos de aposentadoria/pensões, foi possível encontrar justificativas/esclarecimentos para as demais diferenças encontradas. Há que se destacar que os percentuais pagos se encontram corretos.

83. O apurado se encontra sintetizado no quadro seguinte:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



Quadro VI – Adicional por Tempo de Serviço			
Nº	Mat. nº	Nome	Justificativa
1	00217484	Araci Maria Guedes	Diferença de 731 dias com código bloqueado P/DP/ DAP. No DTS não foram considerados. OK.
2	00309060	Edvaldo Gaudencio de Lima	Desconto de 10 dias doença pessoa família. (só conta para aposentadoria e disponibilidade). OK.
3	00440779	Isa Maria Guimaraes Elias	Tempo averbado prestado ao Município de Santo Antônio do Descoberto e estado de Goiás contados para ATS. OK.
4	00309095	Josue Jose de Sousa	Tempo averbado referente a exercício somente de cargo comissionado não contado para ATS. OK.
5	00499730	Maria Cecilia Albano Cordeiro	Tem suspensão de contrato em 1988 (256 dias) e 1989 (31 dias). OK.
6	00194417	Olga Maria Ferraz Pontes	Tem 180 dias de licenças por motivo de doença de pessoa da família (só conta para aposentadoria e disponibilidade). OK.
7	00216178	Rosangela do Carmo de Oliveira Barreiros	Descontados 195 dias de licenças médicas excedentes a dois anos. OK.

84. Outra vantagem analisada foi Indenização de Transporte (arquivo associado: Indenização de Transporte).

85. No âmbito da Carreira de Auditoria de Controle Interno, o seu pagamento é regulamentado pelo Decreto nº 35.521/2014.

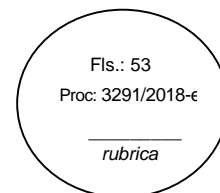
86. Os trabalhos de fiscalização são definidos por meio de Ordens de Serviço – OS que estabelecem os procedimentos a serem realizados, os seus objetos, os prazos, bem como a designação dos servidores responsáveis pelos trabalhos.

87. O controle do pagamento da Indenização de Transporte é feito mediante o preenchimento do Relatório de Atividades, firmado pelo servidor e a chefia imediata, onde devem constar a OS pertinente, descrição sumária das atividades realizadas, a data, a entidade/órgão visitada e o respectivo endereço. Os mencionados relatórios já constam do SEI.

88. Na Decisão nº 4927/2014, a Corte deliberou no sentido de que: “o pagamento da indenização de transporte deve guardar consonância com os termos do art. 106 da LC nº 840/11, não se admitindo o efeito indenizatório para dias em que não houve utilização de veículo próprio para execução de trabalhos externos”.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



89. Confrontando amostra dos Relatórios de Atividades Externas (arquivo associado: Indenização de Transporte), referência novembro e dezembro de 2017, com os lançamentos no SIGRH (pagamento em dezembro de 2017 e janeiro de 2018), não foram constatadas divergências entre os dias atestados de atividades fiscalizatórias externas e os pagos a título de indenização.

90. Na análise da folha de pagamento (referência dezembro de 2017) foi constatado o pagamento de rubrica referente a correção salarial de 84,32% do denominado Plano Collor a alguns servidores (arquivo associado: Plano Collor).

91. Na CGDF, entre os ativos, apenas João Eduardo Firme, mat. nº 30353-4, recebe parcela dessa natureza sob a rubrica 10211 (MS 3180-2 – 84,32%). No seu caso, o valor é de R\$ 637,99, calculado pela então Secretaria de Gestão Administrativa de acordo com o prescrito no Parecer nº 717/2003/PROPES/PRG (Arquivos associados: Ofício nº 179/2003-SRH/SGA e Parecer nº 717/2003/PROPES/PRG), segundo o qual o referido índice deveria incidir sobre o vencimento da época da lesão (março de 1990) e esse valor deveria ser atualizado somente pelos índices de reajustes gerais concedidos aos servidores distritais.

92. Entre os inativos do órgão, foram encontrados mais três beneficiários.

93. Um deles, Egídio Dantas da Gama, mat. nº 30851-X, que recebe sob a rubrica 10341 (MS 6565-0 – 84,32%), teve a concessão julgada legal e integra o objeto da QA1, onde sua situação foi examinada (vide Quadro II).

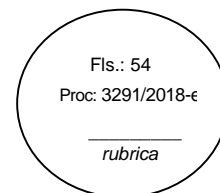
94. As outras duas servidoras, diferentemente dos servidores anteriores, Of'ciorecebem as parcelas respectivas calculadas pela aplicação do índice sobre os valores atuais dos vencimentos da carreira.

95. A servidora Cícera Eliane de Lira Amaral, mat. nº 30823-4, mantém essa forma de cálculo da parcela, paga na rubrica 10341 (MS 6565-0 84,32%) por força do Mandado de Segurança nº 2001.00.2.006565-0, o qual ainda se encontra tramitando (arquivo associado: tramitação 20010020065650). Cumpre acrescentar que, em sede de Embargos à Execução, Processo nº 2005.00.2.012017-5 EME, restou confirmada a metodologia utilizada em decisão exarada em Embargos de Declaração (arquivo associado: embargos de declaração 12017\_2005).

96. A servidora Fatima Regina de Carvalho Portilho, mat. nº 30891-9, assegurou a forma de cálculo da rubrica 10219 (MS 3180-2 – 84,32%), por intermédio do Mandado



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



de Segurança nº 2003.01.1.022201-5, o qual teve seu trânsito em julgado em 20/04/2012 (arquivo associado: tramitação e sentença 20030110222015).

97. Com o advento da Lei nº 5.190/2013, § 2º do art. 27, foi criada a vantagem denominada Parcela Complementar PCAUPOINT, decorrente de eventuais diferenças remuneratórias apuradas com a aplicação do posicionamento dos servidores (outrora enquadrados na tabela de vencimento básico estabelecida pela Lei nº 4.278/2008), na tabela de vencimento básico do cargo de Técnico em Políticas Públicas e Gestão Governamental, na mesma classe e padrão anteriores. São beneficiados os servidores que ocupavam o cargo de Auxiliar de Administração Pública, com especialidade de Agente de Portaria-AUPOINT, na época da edição da Lei 5.190/2013.

98. Procedeu-se a verificação da parcela PCAUPOINT (rubrica 10611) recebida pelos servidores da jurisdicionada. Foram constatados apenas duas beneficiadas pela vantagem. Uma inativa, Olga Maria Ferraz Pontes, mat. nº 19441-7, e uma ativa, Maria da Silva, mat. nº 43881-2. Não foram constatadas inconsistências no apurado a esse título, seja no valor, seja na condição de que foram Auxiliares de Administração Pública, da especialidade Agente de Portaria.

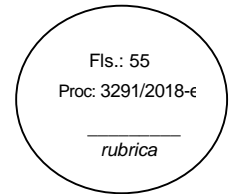
#### **2.4.1.1 Causas e efeitos**

99. A simplicidade da estrutura remuneratória das carreiras dos servidores do órgão, composta basicamente pelo Vencimento, o Adicional por Tempo de Serviço, acrescidos vantagens e adicionais decorrentes de situações individuais (como por exemplo, a VPNI da Lei nº 4.584/2011, Adicional de Qualificação e a Gratificação de Titulação ou de Habilitação em Políticas Públicas) contribui para a conformidade encontrada em relação às parcelas remuneratórias.

100. Dessa forma, no confronto das remunerações com a respectiva regulamentação não foram detectadas falhas ou impropriedades nos pagamentos verificados, salvo a referente ao valor da VPNI da Lei nº 4.584/2011, mas esta decorrente de equivocada orientação dada pela então Secretaria de Administração Pública.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



#### **2.4.1.2 Proposições**

101. Isso posto, sugere-se ao e. Plenário:

- I) tomar conhecimento das informações apuradas, no tocante às parcelas Abono de Permanência, VPNI da Lei nº 4.584/2011, Adicional por Tempo de Serviço, Indenização de Transporte, MS 3180-2 – 84,32%, MS 6565-0 – 84,32% e PCAUPOINT.
- II) determinar à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão que, se ainda não o fez, proceda à adequação da Circular nº 4/2011 – GAB/SEAP ao estipulado na Lei nº 4.584/2011, observando que os valores dos décimos incorporados, em especial, os dos DF 01 a DF 06 devem ser os constantes dos anexos I e II do referido diploma legal, atendendo ainda o disposto na Decisão nº 896/2017.
- III) determinar à Controladoria-Geral do Distrito Federal que acompanhe o andamento do Mandado de Segurança nº 2001.00.2.006565-0, de Cícera Eliane de Lira Amaral, até o seu deslinde, adotando as providências pertinentes em face do que vier a ser decidido sobre o cálculo da parcela “MS 6565-0 84,32%”, dando ciência à Procuradoria-Geral do DF.
- IV) determinar à Controladoria -Geral do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, observados o contraditório e a ampla defesa, corrija os valores das frações de décimos incorporadas com base na Lei nº 1.141/1996 pelos seus servidores para calculá-las com base nos valores constantes dos anexos I e II da Lei nº 4.584/2011, em especial, os indicados no quadro seguinte, atentando ainda para o disposto na Decisão nº 896/2017:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Fls.: 56  
Proc: 3291/2018-ε  

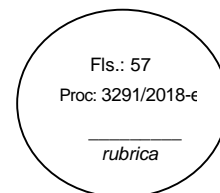
---

rubrica

Quadro V – VPNI Lei nº4.584/2011			
Nº	Mat. nº	Nome	Incorporação
1	1941178	Alessandro de Almeida Santos Carvalho	1/10 – DF-01
2	433462	Cláudia Regina Souza Ferreira	2/10 – DF-03
3	268895	Edilson Gomes	1/10 – DF-05
4	425184	Elene Maria de Sousa Lopes Mello*	2/10 – DF-05
5	426032	João Pedroso Dias	1/10 – DF-05
6	218995	Jorge Fonseca de Santana	1/10 – DF-06
7	440124	Maiza Gonçalves do Prado	1/10 – DF-06
8	309710	Maria de Fátima Lima Brito*	1/10 – DF-02
9	425028	Miriam da Silva Carvalho Burnett*	1/10 – DF-05
10	427756	Rejane Vaz de Abreu	1/10 – DF-05
11	346055	Yelena Beserra Lago	1/10 – DF-01



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



### **3 CONCLUSÃO**

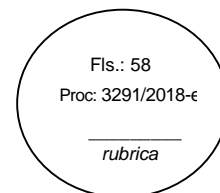
102. A par dos resultados apurados no decorrer dos trabalhos da presente Auditoria de Regularidade, levada a efeito na Controladoria-Geral do DF, a equipe concluiu pela regularidade parcial, no tocante aos aspectos financeiros das concessões de aposentadorias e pensões, apreciadas à luz da Decisão nº 77/2007, e ao cumprimento das decisões desta Corte com recomendação posterior, bem como dos registros constantes do sistema SIGRH vinculados a pagamento de parcelas remuneratórias dos servidores lotados na jurisdicionada.

103. No respeitante ao pagamento em pecúnia de períodos de licenças-prêmio não gozadas e à concessão de abono de permanência, a equipe posiciona-se pela regularidade parcial dos procedimentos adotados ante a consistência nos controles internos, apurada via auditoria de sistemas e análise documental, ressalvada a ocorrência de impropriedade, também encontrada em outros órgãos, que é a inclusão de parcela temporária (Adicional de Qualificação).

104. Em relação ao pagamento dos servidores ativos, em geral, foi apurada conformidade das parcelas examinadas com as normas de regência da matéria. A impropriedade na atualização de VPNI é encontrada também em outras jurisdicionadas. Todavia, foram encontradas impropriedades relativas às informações sobre as licenças e afastamentos, assim como os períodos de tempo de serviço averbados, entre o constante no SIGRH e nas pastas funcionais ou processos de aposentadoria, mas que não ensejaram incorreções na parcela de Adicional por Tempo de Serviço.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



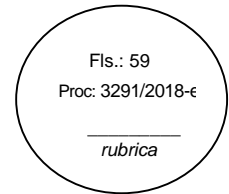
## **4 PROPOSIÇÕES**

105. Pelo exposto, sugere-se:

- I) tomar conhecimento do presente relatório de auditoria e dos arquivos associados ao presente feito.
- II) ter por cumpridas as determinações posteriores constantes das Decisões nºs 3416/2013, 2373/2017, 1769/2013 e 2753/2013, prolatadas, respectivamente, nos Processos nºs 1534/2013, 9383/2017, 16090/2011 e 36355/2010 e parcialmente atendida a Decisão nº 5751/2013 do Processo nº 41712/2009;
- III) ter por regulares os aspectos financeiros das concessões consideradas legais, para fins de registro, apreciadas à luz da Decisão TCDF nº 77/2007, constantes do Quadro I;
- IV) tomar conhecimento das informações apuradas a respeito dos servidores Edilson Felipe de Vasconcelos, mat. 24410-4, Juscelia Rodrigues Costa, mat.nº 22830-3, e Marcio Araújo Morton Silva, mat. nº 187427-6, em relação aos vínculos societários apontados nos §§ 27 a 29 deste relatório;
- V) considerar regulares os procedimentos de conversão em pecúnia de Licença-Prêmio por Assiduidade dos servidores listados no Quadro III do relatório de auditoria;
- VI) tomar conhecimento das informações apuradas, no tocante às parcelas Abono de Permanência, VPNI da Lei nº 4.584/2011, Adicional por Tempo de Serviço, Indenização de Transporte, MS 3180-2 – 84,32%, MS 6565-0 – 84,32% e PCAUPT;PORT;
- VII) determinar à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do DF que, se ainda não o fez, proceda à adequação da Circular nº 4/2011 – GAB/SEAP ao estipulado na Lei nº 4.584/2011, observando que os valores dos décimos incorporados, em especial, os dos DF 01 a DF 06 devem ser os constantes dos anexos I e II do referido diploma legal, atendendo ainda o disposto na Decisão nº 896/2017;
- VIII) determinar à Controladoria-Geral do Distrito Federal que acompanhe a tramitação dos Processos nº 2014.01.1.024177-3, de Egídio Dantas da Gama, e nº 2001.00.2.006565-0, de Cícera Eliane de Lira Amaral, no



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



qual se discute a forma de cálculo da parcela "MS nº 6565-0 - 84,32%", adotando as providências cabíveis em face ao que for decidido judicialmente, dando ciência à Procuradoria-Geral do DF;

IX) determinar à Controladoria -Geral do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias:

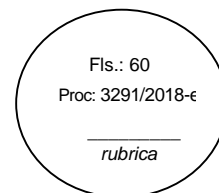
- a) verifique a situação dos servidores Gabriel Lanza Avelar, mat. nº 196490-9, Juscelia Rodrigues Costa, mat. nº 22830-3, e Maria de Fátima Lima Brito, mat. nº 30971-0, em relação a suas participações sociais, apontadas nos §§ 26 e 27 deste relatório, adotando as providências necessárias ao exato cumprimento da lei;
- b) observe, nas apurações relativas ao exercício de atividades empresariais ou vínculos societários dos servidores indicados nos §§ 26 a 29, o que vier a ser decidido no Processo nº 41423/2017.
- c) apure, para fins de ressarcimento ao erário, os valores indevidamente recebidos pela inclusão do Adicional de Qualificação, parcela de natureza temporária, na base de cálculo para fins de conversão de LPA em pecúnia, observando o disposto no artigo 119 da LC nº 840/2011, os princípios do contraditório e da ampla defesa, bem assim a incidência da prescrição quinquenal, dos servidores José Carlos Trivelino, mat. nº 25103-8, e Marisa Brasiliense de Assunção, mat. nº 21451-5;
- d) corrija, observados o contraditório e a ampla defesa, os valores das frações de décimos incorporadas com base na Lei nº 1.141/1996 pelos seus servidores para calculá-las com base nos valores constantes dos anexos I e II da Lei nº 4.584/2011, em especial, os servidores indicados no quadro abaixo, atentando ainda para o disposto na Decisão nº 896/2017:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



Quadro V – VPNI Lei nº4.584/2011			
Nº	Mat. nº	Nome	Incorporação
1	1941178	Alessandro de Almeida Santos Carvalho	1/10 – DF-01
2	433462	Cláudia Regina Souza Ferreira	2/10 – DF-03
3	268895	Edilson Gomes	1/10 – DF-05
4	425184	Elene Maria de Sousa Lopes Mello*	2/10 – DF-05
5	426032	João Pedroso Dias	1/10 – DF-05
6	218995	Jorge Fonseca de Santana	1/10 – DF-06
7	440124	Maiza Gonçalves do Prado	1/10 – DF-06
8	309710	Maria de Fátima Lima Brito*	1/10 – DF-02
9	425028	Miriam da Silva Carvalho Burnett*	1/10 – DF-05
10	427756	Rejane Vaz de Abreu	1/10 – DF-05
11	346055	Yelena Beserra Lago	1/10 – DF-01

- l) autorize a remessa de cópia do Relatório de Auditoria à Controladoria-Geral do DF e à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, para subsidiar a adoção de providências quanto às falhas e impropriedades verificadas.

À consideração superior.

Brasília, 15 de março de 2018.

**Renato Fabbrini Marsiglio**  
Auditor de Controle Externo  
Matrícula nº 1450-2

**Otassio Kazuo Yokoyama**  
Auditor de Controle Externo  
Matrícula nº 491-0